RESOLUÇÃO Nº 11.367
(de 3 de agosto de 1982)
Processo nº 6.561 – Classe 10ª – Distrito Federal (Brasília).

INSTRUÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS ARTIGOS 3º E
4º DA LEI Nº 7.015, DE 16 DE JULHO DE 1.982.

O Tribunal Superior Eleitoral, usando das atribuições que lhe confere o art. 23, IX, do Código Eleitoral, resolve expedir as seguintes Instruções:

Art. 1º – Ficam reservadas para cada Partido, tendo em vista sorteio realizado nesta data, em sessão pública, na forma prevista na Lei nº 7.015, de 16 de julho de 1.982, as seguintes séries de números:

I – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PDS

Câmara dos Deputados: 101 a 199
Assembléias Legislativas: 1.101 a 1.299
Câmaras Municipais: 7.101 a 7.199

II – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT

Câmara dos Deputados: 201 a 299
Assembléias Legislativas: 2.101 a 2.299
Câmaras Municipais: 7.201 a 7.299

III – PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT

Câmara dos Deputados: 301 a 399
Assembléias Legislativas: 3.101 a 3.299
Câmaras Municipais: 7.301 a 7.399

IV – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – PTB

Câmara dos Deputados: 401 a 499
Assembléias Legislativas: 4.101 a 4.299
Câmaras Municipais: 7.401 a 7.499

V – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB

Câmara dos Deputados: 501 a 599
Assembléias Legislativas: 5.101 a 5.299
Câmaras Municipais: 7.501 a 7.599

Art. 2º – As convenções partidárias para escolha dos candidatos sortearão, por sua vez, em cada Estado e município, os números que devam corresponder a cada candidato (Cód., Eleit., art. 100, § 2º, redação da Lei nº 7.015).

§ 1º – Nos Estados e municípios onde já houver sido realizada a Convenção Partidária para escolha de candidatos às eleições de 15 de novembro de 1.982, os Diretórios Regionais e os Diretórios Municipais, conforme o caso, sortearão os números que devam corresponder a cada candidato, na presença do observador da Justiça Eleitoral e dos respectivos candidatos e Delegados de Partido (Lei nº 7.015, art. 3º).

§ 2º – Nos Municípios em que os Partidos não tenham constituído Diretórios (§ 7º do art. 2º da Lei nº 6.978/82), caberá à Comissão Municipal Provisória proceder ao sorteio.

§ 3º – Quando os candidatos forem indicados na forma prevista no inciso I, do § 2º, do art. 8º, da Lei n. 6.978/82 com a redação dada pelo art. 6º da Lei nº 7.015/82, a Comissão Executiva Regional, ao fazer as indicações, sorteará os números dos candidatos.

Art. 3º – Os atuais Deputados Federais e Estaduais e Vereadores, bem como seus respectivos suplentes, têm assegurado o direito de concorrer, com o mesmo número das eleições anteriores, às próximas eleições de 15 de novembro de 1.982, desde que esse número se enquadre na série que, por sorteio, coube ao seu atual Partido, e não haja opção em contrário.

Art. 4º – Estas Instruções entram em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.

Brasília, 3 de agosto de 1.982.

MOREIRA ALVES, Presidente – CARLOS MADEIRA, Relator SOARES
MUNÕZ – DECIO MIRANDA – LAURO LEITÃO – PEDRO GORDILHO –
J.M. DE SOUZA ANDRADE – INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO, Proc. Geral
Eleitoral.